



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO – POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

MEMÓRIA DA REUNIÃO NA 6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

Aos 5 (cinco) dias do mês de abril de 2017, a partir das 16 (dezesesseis) horas, na Sala de Reuniões da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República, Brasília (DF), reuniram-se Dr. João Akira Omoto, Procurador Regional da República, Membro suplente da 6ª CCR e Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Adjunto, com as pessoas constantes da lista anexa; em Manaus, na sede da PR/AM, por videoconferência, Dra. Luísa Astarita Sangoi, Procuradora da República (PR-AM) e Pedro, antropólogo do MPF, com as pessoas constantes da lista anexa; em Boa Vista, na sede da PR/RR, por videoconferência, Dr. José Gladston Viana Correia, Procurador da República em Roraima, com as pessoas constantes da lista anexa. Secretariou a reunião a servidora Darlise Moura Castro.

Foram objeto de discussão os seguintes assuntos:

1 – Sobre a crise migratória que atinge os Estados de Roraima e Amazonas – Primeiramente foram feitos comunicados gerais sobre a situação dos migrantes. A Sra. Graça Prola, Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC) do Amazonas, disse que não foi viabilizado o transporte de índios a Pacaraima previsto para o dia 2 de abril, conforme orientação do MPF, e alertou que houve um aumento no número de indígenas na rodoviária de Manaus de 117 para 345. Explicou que Governo do Estado atendido os indígenas nas ruas, com algumas demandas de saúde e outras tidas como emergenciais. O Padre Udson Ribeiro, da Cáritas Internacional, relatou que 70 indígenas estiveram na missa do último domingo, ocasião em que mencionaram a situação por eles vivenciada, tendo também solicitado uma visita do religioso às duas residências por eles alugadas, na Rua Quintino Bocaiúva. Na oportunidade, o padre viu um número elevado de crianças de colo, constatou que há entre 65 e 70 pessoas nessas casas, sendo que elas estão pagando uma diária de cerca de 30 reais pela locação. Verificou também que algumas crianças encontram-se em situação crítica da saúde. Após, chegou a Sra. Lea Rocchi Sales, da Casa Civil, esclarecendo que estava vindo de uma reunião no Ministério da Saúde, a qual contou com os Governos de Roraima e de Pacaraima. Feitas as apresentações, o Dr. Akira fez uma breve contextualização da situação, com o fim de informar os participantes que não

vieram às reuniões passadas. Como ficou acordado no encontro anterior, a Casa Civil se reuniria, no dia 3 de abril, segunda-feira, com os Ministérios para ser traçado um plano de atuação, foi pedido à Sra. Lea que esclarecesse as linhas gerais da articulação delineadas até o momento. Assim, ela apresentou uma primeira proposta, ainda inicial, sendo que, quanto ao **Ministério da Saúde**, ficou estabelecido, resumidamente, o seguinte: apoio técnico com o fim de assegurar as pactuações já existentes entre os gestores; apoio técnico para fortalecimento da atenção básica (tendo sido agendadas duas visitas a campo); apoio à reestruturação do hospital Délio de Oliveira Tupinambá em Pacaraima; apoio técnico quanto ao planejamento da vigilância dos serviços de saúde; controle para identificação precoce de epidemiologias e investigações de surtos e epidemias; análise quanto às solicitações de medicamentos antimaláricos; análise diferenciada do hipoclorito; construção de uma política nacional de migração; reunião com a população migrante e elaboração de uma cartilha que será voltada para o acesso à saúde da população venezuelana, na língua nativa deles. Informou ainda a Sra. Lea que, por parte da **SESAI** foi apresentado um plano de ação bem delineado sobre os prolemas que estão sendo enfrentados e que têm foco especialmente em Pacaraima, situação que demanda recursos e contratação de pessoal. O seu plano consiste em: fazer um levantamento epidemiológico; definir um local de atendimento (Pacaraima não tem um espaço que possibilite isso atualmente e o Prefeito já está estudando a possibilidade de alugar uma casa); contratar e qualificar pessoal; adquirir insumos; iniciar o atendimento em maio de 2017, desenvolver ações em saúde, acompanhar e monitorar todas essas ações (previsão de duração até março de 2018, a princípio). A **SESAI** está pedindo 500 mil reais para viabilizar esse atendimento, o que está sendo avaliado pelo Governo de forma será realizado o repasse. Em relação ao **CNIG**, este irá realizar, no dia 10 de abril, uma discussão sobre a migração dos indígenas em Roraima, visando promover a regularização deles no Brasil. O **Ministério do Trabalho**, por meio da **SRTE**, apontou que não houve ainda o aumento de solicitações relativas a carteiras de trabalho, mas que já estão preparando as superintendências caso a demanda aumente. A Sra. Léa esclareceu que nem o **MEC** nem a **FUNAI** estiveram na reunião, tampouco mandaram manifestações relativas ao plano de articulação. A pedido do Dr. Akira, a Sra. Léa ficou de apurar, junto ao Ministério do Trabalho, o número de solicitações de carteiras de trabalho por venezuelanos até o momento. O Sr. Fernando Macedo, do **MDSA**, disse que o plano de atuação ainda está sendo avaliado pelo Gabinete do Ministro e que, provavelmente até sexta-feira, haverá uma resposta. A Sra. Léa esclareceu também que quatro eixos de atuação foram destacados na reunião ocorrida hoje, no Ministério da Saúde, a saber: saúde, educação, trabalho (assistência social) e segurança pública. Ademais, em linhas gerais, disse que foi pactuado que os municípios (Boa Vista e Pacaraima) e o Governo de Roraima darão retorno até o

dia 17 de abril, dizendo o que precisa ser feito, e que no dia 24 será feita uma nova reunião visando consolidar um plano de ação que envolva as ações dos governos nas 3 esferas. Com relação ao Amazonas, informou que não foi incorporado ao plano porque ainda demanda uma melhor análise da situação, sendo que a situação de Roraima já está sendo verificada desde janeiro. Os participantes da reunião que estavam em Manaus pediram uma maior atuação do Governo Federal na região e alertaram que, além do número crescente de indígenas, ainda existe a preocupação concernente às enchentes, já que têm chovido bastante por lá, o que agravará a situação dos desabrigados. Mostraram-se inconformados também pelo fato do plano nacional do Governo Federal ter contemplado apenas Roraima. O antropólogo Pedro fez considerações quanto à situação de mobilidade e quanto à necessidade de ser providenciado um abrigo em Manaus. Quanto ao Amazonas, o Dr. Akira explicou que o estado pode até esperar que o Governo Federal amadureça a questão, não podendo, porém, ficar dependente dele, devendo tomar algumas medidas no âmbito de suas competências. Esclareceu que o abrigo de Boa Vista, na verdade, foi implantado em virtude de ordem judicial e que seria melhor que o abrigo de Manaus seja fruto de uma decisão administrativa, devendo a atitude partir da própria governança local. Em Roraima, o Dr. José Gladston asseverou que as notícias da situação datam de outubro do ano passado e que até agora não houve uma solução, especialmente quanto à documentação e à tradução no caso das matrículas em escolas. Alertou também sobre a importância da participação do MEC e da FUNAI em reuniões futuras e, quanto ao órgão indigenista, demonstrou muita preocupação com a contradição vivida, pois, em meio à crise migratória, foram extinguidas 3 CTLs no estado. Questionou, ainda, a atuação da SESAI em Boa Vista, pois, apesar de haver o abrigo, ele ainda carece de muita assistência, não podendo os planos da secretaria estarem apenas adstritos à Pacaraima. Quanto à segurança pública, expôs que deve haver uma maior preocupação com relação à integridade dos migrantes, pois muitos estão, devido à sua posição de fragilidade social, sofrendo ameaças e sendo agredidos pelos nacionais. Quanto ao abrigo em Boa Vista, foi dito pelos participantes em Roraima sobre a necessidade de maiores esforços pelos governos federal, estadual e municipal, precisando ser definida a atuação de cada um com urgência. A Irmã Clara, da Fraternidade, fez um breve relato da situação dos abrigados, dizendo que a situação em que eles se encontram não é humana, que não têm onde dormir e que só possuem um teto mesmo. Alertou sobre a ocorrência de surto de catapora e de tuberculose, mas que ainda não foi registrada nenhuma morte. Disse que a atuação da Defesa Civil tem sido fundamental no processo e reafirmou a necessidade de serem empreendidos maiores esforços. No Amazonas, a Dra. Luísa disse que é muito importante que seja estabelecido, de forma objetiva, qual será a atuação de cada ente na situação de MANAUS. Afirmou que, independentemente da

questão do transporte, tem que haver uma responsabilização política, criando-se políticas públicas de assistência aos migrantes na região. Ela perguntou à Sra. Graça Prola se existiria algum local onde poderia ser feito um abrigo de emergência, mas a resposta foi negativa. A Secretária esclareceu que não há recursos e que a situação ainda tende a piorar, por conta das enchentes. A Sra. Léa explicou, quando questionada pelo Dr. José Gladston, que o MRE informou que o Governo Venezuelano não reconhece essa situação como sendo de crise nem admite o aumento do fluxo migratório, não existindo qualquer atuação do país nesse sentido. O Dr Akira esclareceu que foi realizada uma perícia antropológica em Roraima, que trouxe esclarecimentos sobre a mobilidade dos Warao, conclusões importantes para a definição de políticas públicas, não sendo indicado que a resposta do Estado seja focada na viabilização de transporte para ir ou vir, visto que a mobilidade está estabelecida e ocorrerá independente da facilitação do Estado. A Sra. Léa disse que é necessário ter calma e cautela com relação à situação migratória, e que tem que ser um processo construído com a atuação de todos. “Todos nós estamos devendo”, segundo ela. Em relação à educação, informou que o MEC foi oficiado, mas que não retornou. Dr. Akira pediu uma cópia da correspondência para que o ministério pudesse ser inquirido acerca da falta de resposta. Ademais, a Sra. Léa disse que a atuação da SESAI no abrigo de Boa vista foi estabelecida por meio de escala, não se tratando de um atendimento diário. Quanto à questão de vacinação, levantada pelos participantes, explicou que vai entrar em contato com o Ministério da Saúde para saber o que aconteceu e se é necessário o envio de doses adicionais. O Dr. Akira propôs o estabelecimento de prazos para duas questões: 1) para a definição de respostas efetivas quanto ao abrigamento nos três municípios, Boa Vista, Pacaraíma e Manaus, ficando estabelecido que até o dia 11 de abril haverá uma resposta articulada entre os 3 níveis de governo; 2) para a apresentação de um plano de trabalho articulado entre os 3 níveis de governo, para atendimento às questões relacionadas à crise migratória nos Estados de Roraima e Manaus. A Sra Lea propôs aos Governos dos Estados (Amazonas e Roraima) e dos Municípios envolvidos que participassem da próxima reunião com os Ministérios e com a Casa Civil, por videoconferência, a ocorrer no próximo dia 10, na qual serão delineadas as atribuições de cada ente federativo e em que também será discutida a consolidação do plano de ação nacional. A proposta foi aceita pelos participantes e ficou estabelecido que até o dia 27/04 será apresentado um plano escrito consolidado. Em considerações finais, o Dr. Akira afirmou a importância de serem criados abrigos em Manaus e Pacaraima em um tempo curto, dada a urgência, devendo ser evitada que a ordem venha por meio de medida judicial e que é necessário que as localidades em questão pensem em políticas de contingenciamento, pois a situação pode vir a se agravar, passando de centenas para milhares de migrantes desabrigados, devendo o plano de ação considerar essa hipótese, contemplando um

plano de emergência.

ENCAMINHAMENTO:

- a) No dia **11 de abril** a Casa Civil deverá encaminhar resposta escrita ao MPF, dispondo sobre o que ficou decidido na reunião do dia 10, estabelecendo as medidas pactuadas quanto aos abrigos e sobre a atuação estabelecida para cada ente;
- b) No dia **27 de abril**, Roraima e os Municípios de Boa Vista e Pacaraima já deverão encaminhar as suas necessidades setorizadas, mais precisamente quanto à saúde, educação, trabalho (assistência social) e segurança pública.
- c) Na reunião do dia 10 de abril deverá ser estabelecida uma data para que o **Estado do Amazonas** encaminhe as suas demandas setorizadas e na resposta que a Casa Civil deverá encaminhar no dia 11 já contemplará uma proposta de cronograma para a construção de um plano de ação em conjunto com o Estado do Amazonas e Município de Manaus.
- d) Inclua-se no boletim mensal de atividades da 6ª Câmara.

Encerrou-se a reunião às 19 horas.

JOÃO AKIRA OMOTO

Procurador Regional da República

Membro Suplente da 6ª CCR e PFDC Adjunto